

TRABALHO E TRABALHADORES NO BRASIL DURANTE A GRIPE ESPANHOLA DE 1918

WORK AND WORKERS IN BRAZIL DURING THE 1918 SPANISH FLU

*Antonio José Marques**

RESUMO

Partindo de uma breve apresentação sobre as origens das epidemias em nossa história, o artigo mostra como a gripe espanhola atingiu o Brasil entre os meses de setembro e dezembro de 1918. Analisa as ações do governo e dos industriais no combate e controle da doença, que, de modo geral, foram de negligência, descaso e abandono dos cuidados para com os operários. Estes, por sua vez, com ações coletivas e organizadas, buscaram minorar aquela situação, visto que foram os que mais sofreram com a enfermidade e suas conseqüências.

PALAVRAS-CHAVE: *Epidemia. Gripe espanhola. Trabalho. Trabalhadores.*

ABSTRACT

Starting from a brief presentation on the origins of epidemics in our history, the article shows how the Spanish flu hit the country between september and december 1918. It analyzes the government and industrial actions in the fight and control of the disease, which In general, they were negligence, neglect and abandonment of care for workers. These, in turn, with collective and organized actions sought to alleviate that situation, since they were the ones who suffered most from the disease and its consequences.

KEYWORDS: Epidemic. Spanish flu. Work. Workers,

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as ações do governo, de industriais e operários durante a epidemia de gripe espanhola ocorrida no Brasil entre setembro e dezembro de 1918. Sabemos que a história da humanidade é marcada por pandemias e epidemias, descritas desde os períodos remotos. As chamadas “pestes”, mais tarde identificadas como cólera, varíola, tifo, febre amarela e gripe, entre

* Coordenador Técnico do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Máster em Arquivística pela Universidade Carlos III (Madri). E-mail: ajmarques@uol.com.br

doenças que apareciam e desapareciam, mataram centenas, milhares e milhões de pessoas, dependendo do território e da população afetados. E ainda ocorreram doenças endêmicas, como a lepra e a tuberculose. Michel Foucault, ao analisar um regulamento francês do século XVII sobre epidemias, descreveu como as cidades eram governadas e policiadas. O regulamento orientava a população a se comportar quando a peste a atingia, período no qual quaisquer descumprimentos das regras tinham como punição a morte. Foucault analisou, ainda, a situação dos leprosos e a exclusão social desses indivíduos. Aos moradores das cidades e vilas, a sociedade disciplinada e a prisão da peste; ao leproso, o exílio. A partir do século XIX, a situação começou a modificar-se e os dois mundos aproximaram-se. Ocorreram alterações na antiga ordem: à exclusão do leproso, juntou-se a prisão nos lazaretos e a criação de outros lugares de isolamentos; para os moradores das cidades, vieram a abertura das casas e a vigilância constante (FOUCAULT, 1986, p. 173-199). As cidades precisavam de trabalhadores para as nascentes indústrias. O que havia de comum nos dois grupos era que a maioria dos atacados pelas pestes pertencia aos setores pauperizados, fragilizados e perseguidos da sociedade.

No Brasil, levantamentos indicam que o primeiro registro de epidemia foi feito por José de Anchieta, que descreveu uma doença ocorrida no Rio de Janeiro, em 1562. Anchieta afirmou que se dizia que 30 mil índios e escravos morreram no período entre dois e três meses. Foi tão grande a mortandade que os índios sobreviventes se metiam nas casas dos portugueses e pediam para serem escravos (SCHATZMAYR; CABRAL, 2012, p. 10). Maria Luiza Marcílio, em estudos sobre a cidade de São Paulo, informou que uma epidemia de varíola ocorrida em 1563 causou verdadeiro extermínio da população indígena e desaparecimento de várias aldeias criadas pelos jesuítas. A autora ressalta várias outras datas nas quais ocorreram epidemias, no período colonial. Já naquela época, diversas pessoas saíam de Santos e São Vicente, no litoral, e enfrentavam a Serra do Mar em busca de um clima mais salubre no Planalto (MARCÍLIO, 1973). As epidemias atingiram todas as camadas sociais, mas houve maior mortandade entre os indígenas.

O século XIX se iniciou com a introdução da vacina contra a varíola, que havia sido descoberta na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Alguns historiadores informam que a vacina foi aplicada pela primeira vez no Brasil em 1798. Naquele ano, “o governador e capitão-general da Capitania Antonio de Mello de Castro e Mendonça introduziu o uso da vacina antivariólica na região e particularmente na capital de São Paulo” (MARCÍLIO, 1973, p. 142). Sidney Chalhoub, em sua obra sobre as epidemias no Rio de Janeiro no período imperial, reconhece que há discordância entre os historiadores sobre a data, mas que, muito provavelmente, a vacina foi introduzida em 1804 (CHALHOUB, 2017, p. 124). Viu-se, a partir daí, a diminuição dos surtos de varíola e o crescimento, em meados do século XIX, das epidemias de febre amarela.

Os estudos de Chalhoub traçam o percurso e discutem as epidemias no Rio de Janeiro, com atenção às de varíola e de febre amarela. A pesquisa elencou informações sobre importantes surtos epidêmicos em distintos momentos, como os de febre amarela, nos anos 1850 e 1870. Trata, ainda, da conhecida Revolta da Vacina, em 1904, e de uma das suas consequências: o aparecimento, em 1908, no Rio de Janeiro, da “pior epidemia de varíola de todos os tempos”, provocando mais de nove mil mortes (CHALHOUB, 2017, p. 125).

A febre amarela foi uma das principais doenças epidêmicas que afetou o Brasil na segunda metade do século XIX, principalmente as cidades costeiras. Na epidemia de febre amarela, em 1850, na cidade do Rio de Janeiro, houve mais de quatro mil mortes, mas falou-se em números muito maiores. Isso para uma cidade que tinha 266 mil habitantes, dos quais 110 mil eram escravos. O número de mortos, portanto, foi bastante elevado. A cidade principiava melhoramentos urbanos e a epidemia de febre amarela trazia consequências impeditivas nesse processo. Para se ter ideia, dos onze maquinistas que Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, trouxe da Inglaterra, em 1852, para operar a usina de gás em implantação, dez morreram pouco depois de chegar (FARIA, 1946, p. 134). A partir do surto epidêmico de 1868, a febre amarela no Rio de Janeiro “não mais deixou a cidade até a bem-sucedida campanha de erradicação liderada por Oswaldo Cruz” (CHALHOUB, 2017, p. 100), no início do século XX. Tratamos dessa cidade da qual temos referências, mas a situação não deve ter sido diferente em outras localidades do país.

As pesquisas sobre o crescimento das cidades, a imigração, o fim da escravidão e o abandono ao qual a população preta ficou relegada, a industrialização, o surgimento do operariado urbano, o incremento das exportações e outras questões relacionadas ao processo de urbanização a partir de 1890, são bastante conhecidas e não cansaremos o leitor com repetições, atentando-nos aos temas pertinentes ao artigo.

As grandes e médias cidades estavam repletas de habitações coletivas – cortiços e estalagens, por exemplo – e nelas as condições de moradia e salubridade eram bastante ruins. Fábricas, estabelecimentos comerciais e serviços nos portos não eram diferentes no que se referia às condições de trabalho, higiene e salubridade. Vivia-se sob o temor de epidemias e doenças.¹ De nada valia os cariocas abastados irem para chácaras nos subúrbios ou para a serrana Petrópolis. Tampouco os paulistanos ricos se mudarem para o bairro de Higienópolis, quando os bairros do Brás, Mooca e Bom Retiro, com várzeas e população fabril, estavam a poucos quilômetros. Ou os industriais e comerciantes de Santos tomarem o trem para a fria localidade de Ribeirão Pires, no meio do caminho para a capital paulista. Nas cidades, as doenças afetavam todos, indistintamente, e algo deveria ser feito.

¹ Entre 1903 e 1920 algumas moléstias infecciosas mataram 64.741 pessoas. A tuberculose, em idêntico período, matou 68.985 pessoas. Cf. Moraes Filho (1981, p. 15).

A partir da última década do século XIX começaram a surgir serviços estatais de higiene e saúde no país. No Rio de Janeiro, capital da República, foi criado, em 1896, a Diretoria-Geral de Saúde Pública. No estado de São Paulo estava sendo organizado o Serviço Sanitário, entretanto esta unidade da federação era uma exceção, na medida em que os serviços de higiene e saúde eram quase inexistentes nos demais estados (HOCHMAN, 2013, p. 93). A concepção vigente, e que vinha desde o período imperial, era que o Estado não se sentia responsável pela saúde dos indivíduos, exceto em momentos de calamidade pública. Esta situação começou a se alterar no período entre 1916-1920, quando surgiu a consciência da interdependência social e sanitária, se percebeu um país doente e um Estado ausente, segundo Hochman (2013, p. 90): “Isso significou a passagem da noção de responsabilidade puramente individual e local em assuntos de saúde para uma concepção mais coletiva e nacional.” Ainda segundo este pesquisador, “o episódio da gripe espanhola e a permanente ameaça da febre amarela revelam duas dimensões da interdependência” (HOCHMAN, 2013, p. 129). Foi com esta nova consciência de saúde e saneamento que as elites pactuaram e a Câmara dos Deputados aprovou, no final de 1919, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, que iniciaria o processo de coletivização e nacionalização da saúde pública no país.

Um dos principais focos na luta contra as epidemias nas cidades foram as habitações coletivas. As condições de habitação nos cortiços, no Rio de Janeiro, perpassam toda a obra de Chalhoub, com destaque para a “operação de guerra” montada na demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, descrita minuciosamente pelo historiador (CHALHOUB, 2017, p, 17-23). Não encontramos referências sobre demolições de cortiços em São Paulo, mas não quer dizer que as condições de habitação dos trabalhadores fossem diferentes, muitas vezes avaliadas como equivalentes às pocilgas ou aos galinheiros.

Na cidade de Santos existiram dezenas de cortiços, que começaram a vir abaixo com a política de higienização iniciada a partir da última década do século XIX. Santos era um centro quase permanente de epidemias e isto preocupava as autoridades. Imigrantes que chegavam ao porto eram quase imediatamente embarcados para São Paulo. Governadores de outros estados impediam o embarque de trabalhadores para as obras de ampliação do porto naquela cidade. Muitos dos que ali chegavam logo buscavam se mudar para localidades mais salubres.

No Rio de Janeiro, comerciantes e industriais buscavam em Portugal trabalhadores considerados menos afeitos às greves. Os operários daqui respondiam: “que venham, a amarela os espera”. As epidemias eram motivo de preocupações igualmente entre os trabalhadores e o jornal *A*

Voz do Trabalhador alertava sobre as condições de trabalho e a presença das doenças em muitas localidades.²

A partir do início do século XX começaram as campanhas públicas para a erradicação da varíola e da febre amarela. Ficaram conhecidas a política da introdução da vacina obrigatória contra a varíola, que levou à Revolta da Vacina, em 1904, e o combate à febre amarela, desenvolvido pelo sanitarista Oswaldo Cruz, com reconhecido êxito. Depois do surto epidêmico de varíola no Rio de Janeiro, em 1908, a segunda década do século XX principiou com a impressão de que, a partir de então, as cidades estariam livres das epidemias. Ledo engano, pois em 1918 surgirá a gripe espanhola, que vitimará, principalmente, o operariado.

A influenza ou gripe era uma doença bastante conhecida entre a população e os médicos, que a consideravam de caráter benigno, aparecendo com maior frequência no inverno e em outras épocas frias do ano. Quando, em meados de 1918, começaram a ser publicadas notícias na imprensa brasileira sobre uma epidemia de gripe em países europeus, a maioria das pessoas não deu atenção por conhecer a doença, e, mesmo a gripe provocando alto grau de letalidade na Europa, as autoridades sanitárias consideravam que a distância do Velho Continente não colocava o país em risco. A situação começou a ser motivo de preocupação a partir de setembro de 1918, quando a gripe espanhola bateu nas costas brasileiras.

Segundo pesquisadores, a exemplo de Schatzmayr e Cabral (2012) e Goulart (2005), o nome de gripe espanhola se deu pelo motivo de a Espanha, país neutro na Primeira Guerra Mundial, não censurar, pelo contrário, divulgar os dados sobre os números de casos da doença (SCHATZMAYR; CABRAL, 2012, p. 58). A historiadora Adriana Goulart parte desta e de outras explicações também relacionadas à Espanha para essa alcunha (GOULART, 2005, p. 102).³ Temos o trabalho dessa historiadora como referência para o panorama geral da epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a referência é a historiadora Liane Bertucci Martins (2003). Os dois trabalhos apresentam várias referências para a compreensão da gripe espanhola. Para este artigo consultamos os jornais *Correio Paulistano* e *O Combate*, para São Paulo, e o *Correio da Manhã* e *A Época*, para o Rio de Janeiro, disponíveis no site da Biblioteca Nacional. Obviamente os periódicos trazem notícias dessas cidades e de outras, que com frequência se complementam. O *Correio Paulistano* e o *Correio da Manhã* eram jornais mais tradicionais, considerados da grande imprensa. Os jornais *O Combate* e *A Época*, mais populares, publicando temas sociais e com seções dedicadas ao movimento operário.

² Operários. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano I, n. 13, p. 4, c. 4, 15 jun 1909.

³ A não censura na Espanha deve ser lida entre aspas e não usada como elemento para avaliar a situação interna do país, cujo governo perseguia o movimento operário, o movimento sindical, os socialistas e os anarquistas.

A GRIPE ESPANHOLA E O GOVERNO

As primeiras notícias da entrada da gripe espanhola no Brasil mostram que a doença chegou por meio do paquete inglês Demerara, que partiu de Lisboa rumo a Dacar, no Senegal, onde a doença já grassava, dali para Recife, em seguida Salvador, e por fim o Rio de Janeiro, aportando em 15 de setembro de 1918.

O porto de Dacar era uma das escalas dos navios que vinham da Europa ao Brasil ou faziam o rumo contrário. Em Dacar, estavam muitos brasileiros, tendo em vista que os navios de guerra do país também paravam naquele porto. Em Dacar ocorreram as primeiras mortes de brasileiros enfermos de gripe espanhola. Houve outras mortes no navio La Plata, que levava a Missão Médica Brasileira à Europa, fato comunicado por cabograma ao governo, no dia 22 de setembro de 1918, mas que não levou as autoridades brasileiras a tomar providências para prevenir a doença (GOULART, 2005, p. 105 e MARTINS, 2003, p. 105-106).

O diretor-geral da Saúde Pública Federal, Dr. Carlos Seidl, que ocupava o cargo desde 1912, determinou medidas de “profilaxias indeterminadas”. Elas consistiam, basicamente, na avaliação dos enfermos e desinfecção dos navios que chegassem aos portos brasileiros, pois, segundo o diretor-geral, não se conhecia a natureza da moléstia. A atuação do Dr. Carlos Seidl e a “inação da Saúde Pública diante da epidemia reinante”, além de outras severas críticas feitas pela imprensa, culminaram com o seu pedido de demissão em meio à crise epidêmica.⁴ Para se conhecer a posição do Dr. Carlos Seidl, segue parte de um telegrama que ele enviou ao diretor de Higiene de Montevideú, no início de outubro de 1918:

Esta diretoria preocupa-se principalmente aparelhar-se para eventualidades de outras moléstias epidêmicas que não gripe, tais como cólera, tifo, febre recorrente, sabendo ser gripe moléstia comum para a qual, conforme lembrais, não existem disposições profiláticas expressamente acordadas pelas autoridades sanitárias.⁵

A atuação do Dr. Carlos Seidl também recebeu críticas de subordinados, como do Inspetor de Saúde do Porto de São Luis, no Maranhão, por autorizar a atracação de navios e o desembarque de pessoas enfermas de gripe. Havia, igualmente, cobrança para a imposição de quarentena aos navios que chegassem com doentes, mas esta política era considerada antieconômica, criticada por comerciantes, industriais e governos, havendo acordos internacionais sobre o tema.

⁴ A inação da Saúde Pública diante da epidemia reinante. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.279, p. 2, c. 1, 11 out. 1918.

⁵ A influenza hespanhola. O Dr. Carlos Seidl telegrafa ao diretor de Higiene de Montevideú. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.159, p. 2, c. 9, 03 out. 1918.

A gripe espanhola chegou a meados de setembro de 1918, em Recife, Salvador e no Rio de Janeiro. No início de outubro, disseminava-se pelas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Logo depois estaria presente em Santos, Vale do Paraíba, São Paulo e se difundiria para todo o Brasil, com a quase total inação das autoridades federais, conforme as críticas dos jornais.

No Rio de Janeiro, o prefeito Amaro Cavalcanti quase nada fez, determinando o fechamento das escolas públicas somente em meados de outubro de 1918. Os demais locais públicos, como jardins, cinemas e teatros, a gripe espanhola se incumbiu de fechá-los. Quase não havia transportes na cidade. O comércio e as indústrias funcionavam precariamente. O Rio de Janeiro tinha um aspecto desolador, de calamidade pública, de cidade fantasma. A população estava em pânico. Somente quando chegou a essa situação, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano, nomeou um superintendente de combate à epidemia de gripe e foram instalados os primeiros prontos-socorros públicos. Neste momento houve intervenção direta do presidente da República, Wenceslau Brás, que determinou a fusão dos Serviços de Higiene Federal e Municipal.⁶ Apenas quando a epidemia provocou terror nos subúrbios, o Governo Federal aprovou a criação da Comissão de Socorros Públicos Domiciliares.⁷ Esta comissão encerrou as atividades e prestou contas no dia 14 de novembro de 1918, apesar de a epidemia não estar completamente extinta, às vésperas da posse do vice-presidente Delfim Moreira, que assumiu em lugar de Rodrigues Alves, presidente eleito, mas que estava enfermo devido à gripe espanhola. Rodrigues Alves faleceu em janeiro de 1919, em consequência da enfermidade.

No estado de São Paulo a gripe espanhola chegou às cidades de Lorena e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, quando adoeceram, no primeiro momento, soldados, suboficiais e oficiais das forças militares. Em Santos, os primeiros enfermos apareceram na Companhia Docas e entre outros trabalhadores ligados aos serviços no porto. Na cidade de São Paulo, a gripe espanhola se manifestou no início da segunda semana de outubro, quando indústrias e serviços públicos já sofriam ausência de pessoal. A imprensa avaliava as condições sanitárias da cidade como péssimas e avaliava que por isso a gripe deveria se espalhar. O serviço de saúde não estava aparelhado para a defesa da cidade.⁸

No dia 16 de outubro de 1918, o diretor-geral do Serviço de Saúde de São Paulo, Dr. Arthur Neiva, reconheceu a existência de vários casos de gripe e divulgou uma série de recomendações para a prevenção da doença. Os “Conselhos ao povo” foram bem analisados pela historiadora Liane Bertucci Martins (2013). Em comunicado, o Dr. Arthur Neiva reconheceu que havia grande alarme entre a

⁶ O governo funde os Serviços de Higiene Federal e Municipal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.176, p. 1, c. 3, 20 out. 1918.

⁷ A epidemia. O clero e o governo. Uma organização de socorros públicos aos pobres necessitados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.178, p. 2, c. 7-8, 22 out. 1918.

⁸ A hespanhola em S. Paulo. Numerosos casos suspeitos. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.025, p. 1, c. 4-5, 10 out. 1918.

população, mas que este era infundado. Mesmo a gripe sendo muito contagiosa, era de caráter benigno e sempre ocorria em várias partes do mundo e no Brasil.⁹ Esse discurso estava alinhado aos primeiros discursos emitidos pelas autoridades federais. Por isso, a Diretoria-Geral de Serviços Sanitários do Estado de São Paulo também era duramente criticada por não ter atuado na prevenção da doença.

Todavia, o governo estadual de São Paulo, dirigido por Altino Arantes, e a prefeitura municipal, comandada por Washington Luís, tiveram atuações bastante distintas do governo federal, e isso deve ser reconhecido. As ações mais efetivas do governo federal começaram somente a partir da segunda quinzena de outubro, quando a epidemia caminhava para o seu pico no Rio de Janeiro, o que ocorreu entre a terceira e quarta semana de outubro de 1918. Em São Paulo, os governos estadual e municipal tomaram as primeiras medidas também no início da segunda quinzena do mês de outubro, quando o número de infectados começava a crescer. O pico da gripe espanhola na cidade de São Paulo se deu na segunda semana de novembro de 1918.

Uma das primeiras medidas do governo do estado de São Paulo e da sua Secretaria do Interior, a quem a Diretoria Sanitária estava subordinada, foi a criação de uma Comissão, integrada pela Liga Nacionalista, Cruz Vermelha Brasileira, Cúria Metropolitana, Associação das Igrejas Evangélicas, entre outras entidades, voltada à instalação de hospitais e prontos-socorros, contratação de médicos, compra de medicamentos, distribuição de alimentos e recursos pecuniários aos mais pobres. Todavia, a verba não era suficiente e os serviços eram precários e restritos quase exclusivamente à capital paulista. Os demais municípios pediam socorro e assistência e não eram atendidos.

A Prefeitura de São Paulo determinou o fechamento das escolas públicas, parques e jardins, dialogou com proprietários de cinemas e teatros para serem fechados, proibiu o acompanhamento dos enterros a pé, ficou responsável pelos serviços de transportes, luz e força, serviços funerários e de cemitérios, limpeza urbana e abastecimento.¹⁰ Os bispos católicos e demais autoridades eclesásticas recomendaram a não realização de cultos após 17 horas.

Houve, portanto, articulações e ações integradas entre os governos estadual, municipal e setores da sociedade paulista nas políticas de enfrentamento da doença. Entretanto, em nenhum momento encontramos informações e referências quanto à participação de entidades populares, operárias e sindicais comprometidas com a classe trabalhadora no desenvolvimento e efetivação daquelas políticas. O atendimento destinado aos operários de São Paulo pode ser compreendido no comunicado da Diretoria Sanitária:

⁹ A influenza hespanhola. Do diretor-geral do Serviço Sanitário recebemos a seguinte comunicação. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.857, p. 3, c. 2, 16 out. 1918.

¹⁰ SOUZA, Washington Luís Pereira de. Relatório do prefeito municipal apresentado à Câmara em 7 de dezembro de 1918, relativamente às providências tomadas pela municipalidade durante a epidemia de gripe. *Correio Paulistano*, São Paulo n. 19.911, p. 4–5, 08 dez. 1918.

Ao conhecimento das fábricas leva esta Diretoria a impossibilidade em que se acha de destacar médicos, visto que tal medida viria perturbar o regular funcionamento dos postos oficiais. Devem tais estabelecimentos recorrer ao contrato de facultativos. Mesmo porque não seria possível ser o seu operariado atendido nos nossos postos, por falta de material, de tempo e de pessoal. Seria de toda conveniência que esses estabelecimentos organizassem um serviço de fornecimento de viveres aos seus operários enfermos.¹¹

Enquanto isso, nos quartéis e hospitais militares contavam-se os números de infectados, internados e recuperados. O general Luiz Barbedo, comandante militar do estado de São Paulo, em visita a Santa Catarina, recebia diariamente, pela manhã e à tarde, relatórios circunstanciados da situação sanitária nas unidades de guarnição de São Paulo.¹²

Nas notícias publicadas nos jornais consultados, sobre as ações dos governos durante a epidemia de gripe nos demais estados, vimos que foram fechadas escolas públicas e instalados prontos-socorros, como em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro. Em Recife, capital de Pernambuco, se dizia que o governo estava prestando atendimento médico, distribuindo remédios, alimentos, e que os enfermos eram visitados em casa. Entretanto, jornais opositores atacavam o governo e informavam que havia grande mortandade.¹³

A GRIPE ESPANHOLA E OS INDUSTRIAIS

Retomamos a notícia sobre o comunicado do governo paulista de deixar os operários à própria sorte, transferindo a responsabilidade do tratamento da gripe espanhola aos proprietários das fábricas. No dia 18 de outubro de 1918, os representantes das indústrias de tecidos se reuniram na Associação Comercial de São Paulo e discutiram a situação dos seus estabelecimentos. Na reunião, Jorge Street, proprietário de indústrias de tecidos em São Paulo e no Rio de Janeiro, e presidente do Centro Industrial do Brasil, apresentou um memorial aprovado por todos, cujo conteúdo não foi divulgado por não estarem presentes outros industriais.¹⁴ Mas, poucos dias depois, industriais e comerciantes paulistas solicitaram ao presidente da República a moratória de dívidas por determinado período.¹⁵ Pedido semelhante foi feito por industriais e comerciantes do Rio de Janeiro. A solicitação seria repetida várias vezes durante todo o período da epidemia pelos representantes das indústrias e do comércio das duas cidades, como se constata na imprensa.

¹¹ A influenza hespanhola. O comunicado do Serviço Sanitário. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.865, p. 2, c. 6, 24 out. 1918.

¹² A influenza hespanhola. Na Guarnição Federal. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.865, p. 2, c. 7, 24 out. 1918.

¹³ Continua grassando a gripe benigna em vários pontos da cidade e do país. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.851, p. 3, c. 7–8, 10 out. 1918.

¹⁴ Reunião dos industriais. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.860, p., 4, c. 7, 19 out. 1918.

¹⁵ Várias notas. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.864, p. 3, c. 3–4, 23 out. 1918.

No início de outubro de 1918, o Comissariado de Alimentação Federal havia estabelecido nova tabela de impostos sobre indústrias e profissões que desagradou a comerciantes e industriais. Em São Paulo, a Junta de Alimentação definiu nova tabela de preços. Por isso, proprietários de padarias deixaram de distribuir os produtos pela cidade. Ainda na cidade de São Paulo, os proprietários de frigoríficos aumentaram os preços das peças de carnes distribuídas aos açougues, o que levou à greve dos açougueiros, que, por sua vez, denunciavam os frigoríficos por entregarem peças de carnes podres.

Havia várias denúncias de adulteração e falsificação de gêneros alimentícios, praticadas mesmo por pequenos distribuidores de leite. Em um bairro de São Paulo, um leiteiro foi pego em flagrante acrescentando água ao leite, considerado produto essencial no tratamento da gripe espanhola, e por isso levou um corretivo de populares. Faltavam medicamentos e proprietários de farmácias praticavam a especulação, levando a que alguns fossem agredidos, como mostram vários casos noticiados no Rio de Janeiro. Fatos semelhantes ocorreram durante o período da gripe espanhola e foram noticiados nos jornais pesquisados.

O governo de São Paulo orientou aos proprietários de fábricas que tratassem dos operários enfermos, mas poucas indústrias atenderam esta orientação. Algumas delas colocaram carros à disposição da Diretoria Sanitária, mas a gasolina era fornecida pela própria repartição.¹⁶ Por outro lado, eram as fábricas que pediam ajuda ao governo, como ocorreu em São Bernardo, quando foram notificados 18 casos de gripe entre os operários da Firma Souza Aranha & Companhia, que solicitou a intervenção da Diretoria do Serviço Sanitário, pois trabalhavam na empresa cerca de 400 operários, e o mal tendia a alastrar-se.¹⁷

Quando o governo decretou feriado em São Paulo devido à epidemia de gripe, a Associação Comercial de São Paulo, que reunia industriais e comerciantes, comunicou aos associados que não tinha interferência na referida providência.¹⁸

Aos operários restava trabalhar até morrer, culpa deles, como se percebe no comunicado da Diretoria Sanitária: “os casos fatais têm sido observados em operários que, embora já se percebam doentes, insistem em suas ocupações laboriosas, só as abandonando quando vencidos pela afecção.”¹⁹ Segundo o jornal *O Combate*, “o Serviço Sanitário declara que o maior número de óbitos se deve atribuir aos abusos dos operários que, embora sentindo-se enfermos, insistem em continuar no trabalho e só o abandonam quando o tratamento já não pode ser eficaz.”²⁰ Entretanto, em carta ao jornal, o professor anarquista João Penteadou denunciava que as fábricas não sofriam fiscalização

¹⁶ A influenza hespanhola. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.862, p. 2, c. 6–8, 21 out. 1918.

¹⁷ Em S. Bernardo. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.865, p. 3, c. 3, 24 out. 1918.

¹⁸ Associação Comercial. A sua reunião de ontem. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.867, p. 3, c. 3, 26 out. 1918.

¹⁹ O comunicado do Serviço Sanitário. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.867, p. 2, c. 6, 26 out. 1918.

²⁰ A hespanhola. Os enfermos. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.037, p. 3, c. 2, 26 out. 1918.

sanitária. E acrescentava que trabalhadores ficavam aglomerados, sob o peso de trabalho extenuante e prolongado.²¹

A primeira fábrica em São Paulo que criou um posto médico foi a Companhia Antártica Paulista: “[...] é o que deviam fazer todas as fábricas [...] aos seus proprietários não podem faltar recursos, pois que os lucros da guerra são um fato que já hoje ninguém contesta.”²² Somente mais cinco fábricas instalaram postos médicos: Cia. Nacional de Tecidos de Juta (em duas fábricas), Cotonifício Rodolpho Crespi, Fábrica Penteado, Crystaleria Ítala e Fábrica de Fumos Progrebior. A relação com os postos médicos e endereços era publicada na imprensa.

A Cia. Vidraria Santa Marina, no bairro da Água Branca, em São Paulo, ofereceu o salão da escola à Diretoria Sanitária para instalar um posto médico. Esta fábrica era bastante conhecida por explorar o trabalho de crianças. Noticiou-se ainda que, em São Bernardo, a Fábrica de Tecidos Lucinda abriu um posto médico, mas por estarem enfermos vários operários, a fábrica foi fechada, sendo uma das últimas a voltar a funcionar regularmente. Somente a 6 de novembro, a Associação Comercial de São Paulo abriu um posto de socorro para distribuição de medicamentos e alimentos. No interior de São Paulo, havia fábricas que abriram postos de socorros, como a Cia. Industrial de Taubaté e a Cia. de Fiação e Tecelagem São Pedro, em Itu.

No Rio de Janeiro, a pouca atenção prestada aos operários começou quando o Dr. Teóphilo Torres assumiu o cargo de diretor-geral de Saúde Pública, exercendo concomitantemente a função de superintendente dos Serviços de Combate à Epidemia. Um dos seus primeiros atos “foi atender aos estabelecimentos fabris, muitos dos quais não funcionavam por falta de pessoal. As principais fábricas pediram apenas médicos, fornecendo os medicamentos.”²³

Os industriais, talvez, em um ato de bondade, começariam a distribuir remédios, mas não era o que ocorria até aquele momento. Nos distritos de Deodoro, Gávea e Jardim Botânico, locais em que funcionavam várias fábricas de tecidos no Rio de Janeiro, as receitas médicas, provada a situação precária dos enfermos, eram aviadas nas farmácias próximas, correndo as despesas por conta do governo municipal.²⁴

Pouco dias depois da solicitação de médicos, as fábricas de tecidos Carioca e Corcovado “comunicaram à diretoria-geral de Saúde Pública ser dispensável os serviços nelas instalados, visto os respectivos operários já se acharem completamente restabelecidos.”²⁵ Comunicado discutível, considerando que, no mesmo dia, a Diretoria de Saúde instalou vários postos médicos, sendo um deles

²¹ As condições do trabalho nas fábricas. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.039, p. 3, c. 3, 29 out. 1918.

²² A assistência nas fábricas. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.036, p. 3, c. 1, 25 out. 1918.

²³ A epidemia e as providências do governo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.174, p. 1, 18 out. 1918.

²⁴ A epidemia continua a grassar intensamente. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.857, p. 3, c. 5–6, 16 out. 1918.

²⁵ A epidemia. Várias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.178, p. 3, c. 7–8, 22 out. 1918.

na sede do Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esta foi a única informação que encontramos referente ao atendimento médico prestado diretamente a uma entidade de trabalhadores. Mas o ato de bondade dos industriais foi desmentido pelos trabalhadores, como assinala a seguinte notícia:

Queixam-se os operários das fábricas Corcovado e Carioca. Os operários dessas duas fábricas de tecidos instaladas no Jardim Botânico mostram-se descontentes com as diretorias desses estabelecimentos pelo fato de não terem lhes prestado o menor auxílio.²⁶

Ainda segundo *A Época*, em nota sobre proprietários de estabelecimentos comerciais, mas que servia aos industriais,

Aqueles venturosos cavalheiros, possuidores de vários milhares de contos [...] neste instante de tanta desgraça e de tanto infortúnio, deixam os seus empregados e seus auxiliares absolutamente desamparados e desprotegidos. Muitos até, não prestando nenhum auxílio material nem moral, pretendem, ao contrário, descontar, nos ordenados, os dias que os seus subordinados deixaram de trabalhar, por doentes, por incapazes de locomoção.²⁷

A partir do declínio da gripe, são encontradas nas páginas dos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro várias notícias com protestos de operários por terem os dias descontados devido ao não comparecimento ao trabalho durante a epidemia por estarem enfermos. Por conta disso, aconteceram greves operárias e o fechamento de fábricas por parte de industriais.

Jorge Street relatou uma reunião ocorrida no Centro Industrial do Brasil, na qual a maioria dos industriais de tecidos do Rio de Janeiro aprovou o desconto dos dias parados, mas não foi esta a posição daquele industrial, que pagou 50% dos salários aos empregados durante os dias de interrupção do trabalho.²⁸ O jornal *O Combate* informou que, em São Paulo, a maioria das fábricas resolveu pagar aos operários 50% dos salários durante o período da epidemia, mas o Cotonifício Gamba, além do desconto salarial, negou receber o pagamento do aluguel parcelado das casas onde moravam os operários, e nem cogitou a liberação total da dívida.²⁹

Por outro lado, encontram-se nas páginas dos jornais relatos de operários que, em visitas às redações, agradeciam industriais e comerciantes por prestarem apoio durante a epidemia e pagarem integralmente os salários dos que estiveram afastados durante o período de enfermidade.

²⁶ Queixam-se os operários das fábricas Corcovado e Carioca. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.294, p. 6, c. 4, 26 out. 1918.

²⁷ Bons e maus patrões. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.295, p. 2, c. 1, 27 out. 1918.

²⁸ Cf. Street (1980c, p. 414).

²⁹ A situação aflitiva dos operários do Cotonifício Gamba. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.075, p. 3, c. 3, 16 dez. 1918.

Duas questões ainda relacionadas aos industriais: o atendimento médico nas fábricas e as doações às instituições durante a epidemia para o tratamento dos enfermos. Antes da gripe espanhola havia fábricas que dispunham de médicos, postos de atendimentos e promoviam distintas ações sociais, como escolas para as crianças, casas para operários (ainda que tivessem de pagar os aluguéis) e até creches. São muito conhecidas as atividades de Jorge Street nessa área.³⁰

Mesmo com a solicitação da Diretoria Sanitária de São Paulo, poucas fábricas instalaram postos médicos para atendimento aos operários. A Cia. Nacional de Tecidos de Juta, de Jorge Street, organizou o posto de atendimento com dois médicos para os 3.500 operários, sendo que 663 estavam doentes.³¹ No Rio de Janeiro, o médico Amadeu Leopardo, auxiliado pelo estudante de medicina Edmundo Rocha, destacado na Fábrica de Tecidos Aliança, realizou em um único dia 726 consultas e fez 153 visitas domiciliares.³² Se esses números estiverem corretos, considerando apenas as consultas, e se Amadeu Leopardo trabalhou entre dez e doze horas no dia, cada consulta durou, em média, cerca de um minuto.

Quando havia apenas resquícios da epidemia de gripe espanhola em São Paulo, o Cotonifício Rodolpho Crespi inaugurou, no final de dezembro de 1918, um ambulatório em que o médico A. Rondino atendia de 25 a 35 operários durante a hora que ali permanecia. Portanto, cada consulta durava, em média, cerca de dois minutos. O periódico *O Combate* elogiou o atendimento gratuito e informou que havia poucas fábricas que se preocupavam com os operários. Quando existiam ambulatórios médicos, ficavam em salas sem ventilação e luz, ao lado das máquinas, em ambiente malcheiroso e sem higiene.³³

O *Correio Paulistano* publicava diariamente listas com subscrições e os valores doados por industriais, comerciantes e demais pessoas, para o atendimento aos enfermos. Uma das listas, organizada pela Associação Comercial de São Paulo, mostra que grandes estabelecimentos industriais, como a Fiação e Tecelagem Ypiranga (Jafet), Cotonifício Rodolpho Crespi, Pereira Ignácio & Cia., Companhia Nacional de Tecidos de Juta, Moinhos Gamba, entre outras, contribuíram com 1.000\$000 (Hum conto de réis) cada uma. Médias empresas doaram 500 mil réis e os menores estabelecimentos valores de 300 mil réis, 200 mil réis e 100 mil réis.³⁴ Não havia contribuições com valores fracionados,

³⁰ As posições de Jorge Street foram bastante dúbias, pois, ao lado da defesa de ações sociais, o industrial defendia jornada de 56 horas de trabalho semanal, trabalho de crianças a partir dos 11 anos de idade, sendo que empregava meninos e meninas de oito, nove e dez anos de idade, e a não aceitação dos delegados sindicais para o reconhecimento dos sindicatos. Cf. Street (1980a, p. 369-398) e Street (1980d, p. 405-410.)

³¹ Companhia Nacional de Tecidos de Juta. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.868, p. 2, c. 8, 27 out. 1918.

³² O governo faz um apelo aos médicos, farmacêuticos e estudantes para auxiliarem a Saúde Pública nesta difícil emergência. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.176, p. 4, c. 2, 20 out. 1918.

³³ No Cotonifício Rodolpho Crespi. Um exemplo digno de ser imitado. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.082, p. 1, c. 6-7, 24 dez. 1918.

³⁴ Associação Comercial de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.873, p. 2, c. 7, 01 nov. 1918.

como ocorria em outras listas de doadores. Isso pressupõe que aquelas doações foram acordadas e leva à suposição de que os industriais e comerciantes e sua entidade de classe tiveram uma política combinada para o atendimento aos operários durante a epidemia de gripe espanhola.

Alguns industriais contribuíram com outras listas, como Jorge Street, que fez a doação de dois contos de réis para a Cúria Metropolitana e 100 cobertores para a Secretaria do Interior atender aos enfermos pobres.³⁵ Somente para fins de comparação, os trabalhadores bancários, empregados do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, doaram três contos de réis à Cruz Vermelha Brasileira e mais dois contos de réis à Liga Nacionalista, em um total de cinco contos de réis.³⁶ Com isso, é possível avaliar como eram filantropos os industriais paulistas.

Não se trata de implicância com Jorge Street, mas deve-se voltar a ele, que tinha duas fábricas em São Paulo, a da Maria Zélia e de Sant'Anna, com 3.500 operários e operárias, incluindo muitas crianças. A sua contribuição, aquela acordada entre os industriais paulistas, foi de hum conto de réis. Tendo como referência os salários dos operários da Fábrica de Tecidos Lucinda, que recebiam entre 30 e 40 mil réis por quinzena³⁷, a contribuição de Jorge Street não correspondeu à soma dos salários mensais de 15 trabalhadores. Mas deve-se dar a defesa ao próprio industrial, também dono da Fábrica de Tecidos Santa Helena, no Rio de Janeiro.

Em carta aberta ao deputado federal Abdon Batista, o industrial Jorge Street argumentou em favor dos industriais de tecidos, acusados pela imprensa por suas ações durante a epidemia.

Nenhuma grande classe fabril encontrou mais prontos auxílios de toda natureza: médicos, farmacêuticos, dietéticos e funerários do que a classe dos operários em fábricas de tecidos. Além disso, abonos pecuniários foram feitos em quase todas as fábricas, não havendo uma só que tenha realizado a menor pressão no que diz respeito aos aluguéis das casas de suas numerosas vilas operárias (STREET, 1980b., p. 401).

O que Jorge Street denominou de “abono pecuniário” foi o pagamento de parte dos salários dos operários afastados pela gripe espanhola. A afirmação de Jorge Street sobre o abono contradiz o que vimos anteriormente quando o próprio industrial escreveu, em janeiro de 1919, que a maioria dos industriais de tecidos aprovou o desconto dos salários dos operários durante a epidemia. Na mesma carta ao deputado, Jorge Street continuou:

³⁵ A influenza hespanhola. *Correio Paulistano*, São Paulo n. 19.875, p. 2, c. 3–8, 03 nov. 1918.

³⁶ A influenza hespanhola. *Correio Paulistano*, São Paulo n. 19.875, p. 2, c. 3–8, 03 nov. 1918.

³⁷ Da Fábrica de Tecidos Lucinda. Mais de 700 operários sem trabalho. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.085, p. 1, c. 1–2, 28 dez. 1918. A Fábrica de Tecidos Lucinda pertencia à empresa Pereira Ignácio & Cia., localizada no município de São Bernardo. Em dezembro de 1918, os operários iniciaram uma mobilização por salários, tendo em vista que a empresa os pagou somente uma porcentagem de 30% na época da epidemia. Como resposta, o dono da fábrica ordenou o seu fechamento.

Certo que a sua assistência operária tinha um limite e este era o das disponibilidades pecuniárias e do direito que os diretores de fábricas, geralmente organizadas, sob a forma de sociedades anônimas, tinham de dispor dos fundos sociais, para donativos ou assistência operária. Mas só se dá o que se tem e se pode dar (STREET, 1980b, p. 401).

Desde algum tempo os industriais reclamavam da “crise no comércio nacional dos tecidos de algodão e o grande estoque nos seus armazéns”, e por isso as fábricas trabalhariam “nos dias e horas indicados pelas necessidades de cada uma”, conforme ata da reunião do Centro Industrial do Brasil.³⁸ A diminuição nos dias de trabalho, e conseqüentemente a redução nos salários, além do não cumprimento do acordo de aumento salarial tratado com a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, firmado em agosto de 1918, levariam à greve dos tecelões do Rio de Janeiro em novembro de 1918. Nessa mesma ata da reunião os industriais informaram que não poderiam atender às diversas reivindicações dos operários, e sugeriram que os recursos pecuniários da União dos Operários em Fábricas de Tecidos deveriam auxiliar o operariado na hora de necessidade. No final, “aprovaram um voto de pesar pelos bons operários falecidos durante a referida epidemia.”³⁹ À aprovação, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos respondeu:

Quanto ao voto de pesar lavrado em ata da sessão do Centro, pelos operários que sucumbiram em consequência da epidemia e da miséria, sua aliada, cumpre assinalar que não somos simplórios e que os mortos referidos não necessitam de mais nada, mas sim os vivos, que precisam de pão e um pouco mais de humanidade dos seus patrões, que até agora usufruíram o suor dos pequeninos.⁴⁰

A GRIPE ESPANHOLA E OS OPERÁRIOS

Durante a epidemia de gripe espanhola e no período subsequente, em que a doença declinava, os operários desenvolveram ações coletivas e organizadas visando minorar a sua situação, visto que foram os que mais sofreram com a enfermidade e suas conseqüências: a ausência de tratamento médico, remédios, gêneros de primeiras necessidades, falsificação e adulteração de produtos e aumento generalizado nos preços. Além de tudo, havia o problema da fome. No Rio de Janeiro, os jornais informavam que, nos subúrbios, os operários que escaparam da gripe corriam o risco de morrer de fome. O Comissariado da Alimentação era tratado como “Comissariado da Fome”

Em São Paulo, com o declínio da gripe, os trabalhadores fizeram assembleias, organizaram comissões e visitaram redações de jornais denunciando atitudes dos patrões. Os operários também

³⁸ Centro Industrial do Brasil. A reunião de ontem. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.308, p. 3, c.3, 09 nov. 1918.

³⁹ Centro Industrial do Brasil. A reunião de ontem. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.308, p. 3, c.3, 09 nov. 1918.

⁴⁰ *A Razão*, 10 nov. 1918 *apud* FAUSTO (s/d., p. 214)

promoveram greves pelo não desconto dos dias não trabalhados devido à enfermidade ou mesmo reivindicando aumento de salários.

Em São Bernardo, durante o pico da epidemia, os trabalhadores se organizaram e enviaram os operários José de Paula Jota e Álvaro Vieira Lima à redação do *Correio Paulistano* com uma mensagem ao presidente do estado, Altino Arantes, reivindicando providências em relação à instalação de um hospital provisório na Santa Casa ou em qualquer outra repartição pública da localidade para atender os doentes pobres em estado grave, cujo número aumentava consideravelmente devido à miséria da população atacada.⁴¹

Mesmo durante a epidemia e nas semanas seguintes, a Liga dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo reuniu-se regularmente para discutir temas relativos à falta de higiene e limpeza nas padarias e o descanso semanal.⁴² Havia mobilização também entre os sapateiros. Os operários da Fábrica de Calçados Dicciatteo sofreram descontos nos salários e reclamaram com o patrão. Não sendo atendidos, “todos pediram demissão e foram ganhar a vida”.⁴³ Todavia, encaminharam o assunto para discussão em assembleia na União dos Artífices em Calçados.

Na região do Belenzinho, os operários e as operárias da Fábrica de Tecidos Boyes organizaram uma comissão e foram à redação de *O Combate* reclamar do patrão que não havia acertado os 50% dos salários durante a epidemia, e que, além disso, iria reduzir os dias de trabalho. A Liga Operária do Brás organizou uma assembleia para discutir o tema.⁴⁴ E ainda ocorreram paralisações em fábricas de tecidos na Mooca, sendo também discutido o assunto na Liga Operária do Brás.⁴⁵ Com exceção desta última mobilização, que envolveu mais fábricas, não foram identificadas em São Paulo articulações entre várias categorias para reivindicações durante a epidemia. Entretanto, o movimento operário paulista era duramente perseguido, principalmente após a greve geral de 1917. A Federação Operária estava desarticulada e havia forte repressão aos sindicatos e censura à imprensa. O jornal *A Plebe*, principal órgão da imprensa anarquista no período, não circulou em 1918, retornando somente no ano seguinte.

No Rio de Janeiro, os sindicatos dirigidos pelos anarquistas estavam organizados na União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada em maio de 1918, em substituição a Federação Operária, que havia sido fechada pela polícia meses antes. Participavam da UGT as associações dos trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, sapateiros e outras categorias.

⁴¹ A gripe em S. Bernardo. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.880, p. 2, c. 6, 07 nov. 1918.

⁴² Movimento operário. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.052, p. 2, c. 2, 18 nov. 1918.

⁴³ Na fábrica Dicciatteo o pessoal despediu-se para poder ganhar a vida. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.060, p. 1, c. 4–5, 27 nov. 1918.

⁴⁴ Uma queixa contra a fábrica Boyes. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.067, p. 3, c. 2, 06 dez. 1918.

⁴⁵ Movimento operário. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.072, p. 2, c. 2, 12 dez. 1918.

No dia 25 de outubro de 1918 muitas dessas entidades se reuniram para discutir a “situação aflitiva por que passam as classes trabalhadoras” e constituíram um comitê que também se organizaria em subcomitês a fim de prestarem “todos os socorros possíveis aos enfermos e necessitados.”⁴⁶ A essa organização deram o nome de “Comitê Popular de Combate à Epidemia”, com sede na Praça da República, 231, o qual também foi chamado de Comitê de Combate à Fome. No dia 29 de outubro, o Comitê atendeu à solicitação do governo federal e apresentou “informações quanto ao estado das classes populares” e, também, propostas “para debelar a terrível calamidade”. A solicitação foi feita pelo major Bandeira de Melo, auxiliar de Aurelino Leal, chefe da polícia do Rio de Janeiro.

A UGT e seus militantes eram velhos conhecidos de Bandeira de Melo, que, inclusive, acompanhou a assembleia na qual a União foi constituída. Considerando a relevância do documento o transcrevemos na íntegra:

Havendo o Sr. Major Bandeira de Melo solicitado, em nome do governo, do Comitê Popular de Combate à Epidemia informações quanto ao estado das classes populares e ideias tendentes a debelar a terrível calamidade que oras as aflige, este Comitê resolve apresentar-vos as seguintes considerações:

Considerando que apesar das péssimas condições higiênicas das habitações proletárias, da miséria de vestuários, excessos de trabalhos e muitas outras aflições que fazem o viver do povo, a falta de alimentação é o maior mal que avassala, neste momento, todos os lares;

Considerando que a situação criada pela peste e pela imprevidência dos que dizem dirigir os destinos do povo, em todos os ramos de produção, precisam ser normalizadas as atividades de todos os produtores;

Considerando que os socorros distribuídos pelo clero e por outras entidades, além de não satisfazerem as necessidades do povo, são um escárnio pela forma irrisória e desonesta de sua distribuição;

Considerando que não será com a legião de famintos, que é a numerosa classe trabalhadora, que a produção se desenvolverá de modo a satisfazer as necessidades gerais;

Considerando finalmente que o depauperamento físico da grande massa trabalhadora necessita de grandes e enérgicas medidas capazes de proporcionar a todos o indispensável à subsistência;

Este Comitê alvitra:

- A abertura de armazéns em todos os bairros (com especialidade nos bairros mais reconhecidamente trabalhadores) para fornecimento de gêneros de primeira necessidade, como sejam: carnes, cereais, pão, leite puro, carvão, aves e ovos, querosene e mais artigos;

- A distribuição será feita por intermédio do Comitê Central e pelos subcomitês por este nomeados, de acordo com a verificação de necessidades de cada classe de trabalhadores;

- Dispensa do pagamento dos aluguéis de casas enquanto perdurar a situação anormal em que nos encontramos.

Este Comitê julga que as medidas expostas são as únicas capazes de momento, si não de resolver, pelo menos minorar a angustiosa situação que em que se debatem os trabalhadores.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1918.

⁴⁶ Comitê Operário Pró-Combate à Epidemia. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.037, p. 3, c. 3, 26 out. 1918.

Comitê Popular de Combate à Epidemia.
Subscrevem este memorial a União Geral dos Trabalhadores, Centro dos
Empregados em Ferrovias e o Centro dos Chauffers.⁴⁷

O aparente reconhecimento do Comitê Popular de Combate à Epidemia pelas autoridades, ao solicitarem informações sobre a situação das classes populares e suas reivindicações, desapareceu poucos dias depois. No dia 03 de novembro, estando o Comitê Popular reunido na União dos Trabalhadores da Construção Civil, a sede da entidade foi cercada pela polícia, a reunião interrompida e vários trabalhadores presos.⁴⁸

A União Geral dos Trabalhadores foi dissolvida por decreto do governo federal no dia 22 de novembro de 1918, poucos dias depois da insurreição anarquista e do início da greve dos trabalhadores em fábricas de tecido do Rio de Janeiro.

Alem dessas formas de organização e mobilização, ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, também tivemos outra iniciativa na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A Federação Operária, com sede na Rua da Várzea, 48, organizou uma Comissão formada por seus membros Vígo Thompson Collin e Juvêncio Lima, alfaiates, Adão Nolasco de Souza, trapicheiro, João Humbert, condutor, João Paiva e Ezequiel Oliveira, tipógrafos, para arrecadação e distribuição de gêneros alimentícios de primeiras necessidades aos pobres que necessitassem de recursos. A Federação Operária distribuiu um boletim comunicando a constituição da Comissão, informando que dois médicos estariam à disposição dos doentes que chamassem, e pediu que aqueles que tivessem condições contribuíssem “de modo a suavizar as dores, as angústias dos infelizes nesta hora trágica” e concluía “pão para os pobres.”⁴⁹

Ainda em Porto Alegre, a União Maximalista lançou o “Manifesto aos Operários” no dia 01 de novembro de 1918. O manifesto tinha como subtítulo “Do canhão à peste – Até que os operários tenham consciência de si próprios”. No manifesto, que começa chamando a doença de peste, em seguida de cólera, mas que se tratava da gripe espanhola, a União Maximalista considerou que a principal vítima da doença era a classe trabalhadora devido às suas condições de vida, teceu críticas ao governo e à burguesia e expressou quais eram as tarefas dos operários naquele momento (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980, p. 335-338).

⁴⁷ O Comitê Popular de Combate à Epidemia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.186, p. 1, c. 9, 30 out. 1918.

⁴⁸ Uma reunião interrompida. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.191, p. 4, c. 3-4, 04 nov. 1918.

⁴⁹ A epidemia nos estados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7.208, p. 3, c. 7-8, 21 nov. 1918.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gripe espanhola chegou ao Brasil em setembro de 1918. Teve seu pico nas maiores cidades – Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre – nos meses de outubro e novembro. Alcançou localidades de Norte ao Sul do país, do Acre ao Rio Grande do Sul. Adentrou o ano de 1919 e as informações são que a doença se manifestou por aproximadamente seis meses.

Na cidade do Rio de Janeiro, com quase um milhão de habitantes, foram acometidos pela gripe 401.950 habitantes e, até meados de novembro, morreram 14.459 pessoas (DULLES, 1977, p. 67). No mês de dezembro, a Seção de Demografia da Diretoria de Saúde Pública Federal informou que durante a epidemia de gripe espanhola morreram no Rio de Janeiro 16.997 pessoas.⁵⁰

A cidade de São Paulo tinha cerca de 500 mil habitantes naquela época e o número de infectados passou de 200 mil pessoas. O Boletim da Seção de Estatística Demográfico-Sanitária da cidade de São Paulo, publicado na primeira semana de dezembro de 1918, informou que o número de mortos pela gripe no município foi de 5.148 pessoas.⁵¹

Voltando ao Rio de Janeiro, aquela mesma Seção de Demografia da Diretoria de Saúde Pública Federal informou que o número de mortos no restante do país foi de cerca de 20 mil pessoas.⁵² Portanto, o número de mortos pela epidemia de gripe espanhola no Brasil, segundo as autoridades públicas, foi de aproximadamente 40 mil pessoas.

Os jornais da época noticiavam que os governos não forneciam os números corretos da doença. Portanto, estes devem ser vistos com reservas, como podemos observar em seguida.

O relatório do prefeito municipal de São Paulo, Washington Luís, sobre a gripe espanhola na cidade, informou que no período de 50 dias, de 10 de outubro a 30 de novembro de 1918, foram enterradas na cidade de São Paulo 8.040 pessoas, quando à média nos anos anteriores, para idêntico período, foi de 1.350 pessoas. Então temos indícios que os mortos na cidade de São Paulo devido à gripe espanhola chegaram próximo a sete mil pessoas, número bem maior que o apresentado no Boletim demográfico-sanitário da cidade.

No Rio de Janeiro ocorreu a grave crise do enterramento no Cemitério São Francisco Xavier, conhecido como Cemitério do Caju, entre os dias 20 de outubro e o início de novembro, quando mortos foram enterrados em covas coletivas. Muitos corpos eram recolhidos nas casas depois de três, quatro dias ou simplesmente deixados nas ruas aos pés dos morros onde se formavam as favelas da

⁵⁰ A hecatombe da hespanhola. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.086, p. 1, c. 4, 30 dez. 1918.

⁵¹ As estatísticas demógrafas-sanitárias querem tapar o sol com peneiras. *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.080, p. 1, c. 1, 21 dez. 1918.

⁵² A hecatombe da hespanhola, *O Combate*, São Paulo, ano IV, n. 1.086, p. 1, c. 4, 30 dez. 1918.

cidade. Os jornais denunciavam que pessoas foram enterradas sem a devida documentação e identificação.

Os operários foram os mais atingidos e os que mais sofreram com a epidemia de gripe espanhola, mas isso não significou que deixaram de atuar enquanto classe, mesmo diante de tanta adversidade.

Em Recife, no pico da epidemia, 5.500 estivadores entraram em greve no dia 11 de outubro, exigindo aumento salarial e redução da jornada para 10 horas diárias, paralisando totalmente a carga e descarga dos navios até o dia 19 de outubro, conforme pequenas notas publicadas no jornal *A Época*.

Em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, no dia 07 de outubro a Liga dos Operários da Construção Civil comandava uma greve da categoria por jornada de 8 horas diárias. Também ocorreu uma greve entre os condutores de bonde.

Na cidade do Rio de Janeiro, os coveiros do Cemitério do Caju entraram em greve no dia 11 de outubro, reivindicando aumento salarial.⁵³ A greve se encerrou no dia 16 de outubro; depois de uma promessa de aumento salarial os “coveiros voltaram ontem aos serviços na maior calma e ordem.”⁵⁴ Segundo o relatório de Miguel de Carvalho, provedor da Santa Casa, entidade que administrava o cemitério, a greve se encerrou por “estarem enfermos a maioria dos coveiros e dos serventes, que ficaram reduzidos a três.”⁵⁵ Deve-se analisar com atenção esta greve e não vinculá-la exclusivamente, como causa, à crise do enterramento dos mortos.

No Rio de Janeiro, ocorreram inúmeras outras greves das mais diversas categorias por aumentos de salários, redução da jornada, questões de acidentes de trabalho, pelo pagamento dos dias parados durante a epidemia e, também, por solidariedade de classe. A conhecida greve dos tecelões ocorrida naquela cidade, a partir de 18 de novembro de 1918, muito vinculada à insurreição anarquista, também deve ser analisada em relação à epidemia da gripe espanhola.

O movimento operário paulista passava, em 1918, por um período de estagnação, após a onda repressiva iniciada depois da greve geral de 1917. Mas isso não significava que os trabalhadores estivessem totalmente desmobilizados.

Nos meses de outubro e novembro os padeiros e confeitores desenvolveram uma grande campanha pelo descanso semanal e por melhores condições de higiene e limpeza nas padarias. Após o lockout dos proprietários de padarias, em outubro, os vendedores de pães começaram a se organizar e fundaram sua associação antes do fim do ano.

⁵³ Greve de coveiros no cemitério de S. Francisco Xavier. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.280, p. 2, c. 7, 12 out. 1918.

⁵⁴ Coluna operária. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.285, p. 8, c. 8, 17 out. 1918.

⁵⁵ Cf. CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. A Santa Casa da Misericórdia. Relatório apresentado à Mesa e Junta pelo provedor Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. *A Época*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.310, p. 4, 11 nov. 1918.

A União Gráfica também realizava assembléias e a sua diretoria decidiu não cobrar as mensalidades dos associados dos meses de outubro e novembro em virtude da epidemia de gripe. Após o pico da epidemia de gripe, os sapateiros realizaram greves e a União dos Artífices em Calçados organizou assembleias. No mês de dezembro, a seção Movimento Operário, em *O Combate*, publicou notas sobre a organização de várias categorias de trabalhadores.

Também já nos referimos a algumas greves dos trabalhadores em fábricas de tecidos, ocorridas devido ao não pagamento dos dias não trabalhados por estarem enfermos. Ainda que essas greves tivessem um caráter defensivo, elas serviram de acúmulo para as grandes mobilizações que os trabalhadores paulista realizaram em 1919.

Por fim, tratamos das comissões organizadas pelos próprios operários para minorar a situação aflitiva em que vivia a classe trabalhadora, devido ao descaso e ao abandono a que ficaram relegados pelo governo e pelos industriais durante a epidemia de gripe espanhola.

Pouco mais de cem anos depois da epidemia de gripe espanhola de 1918, estamos vivendo a pandemia provocada pelo coronavírus, que causa a doença COVID-19, denominação dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nos dois momentos temos como personagens principais governos, políticos, autoridades médicas e a imprensa e, como personagens coadjuvantes, os trabalhadores e os setores mais pobres e marginalizados da população. Farsas e tragédias se repetem.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M.; MELO, C.; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DULLES, J. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FARIA, A. *Mauá: Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá: 1813-1889*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, s/d.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOULART, A. C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 101-142, jan.-abr. 2005. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100006. Acessado em: 30 jun. 2020.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população: 1750-1850*. São Paulo: Pioneira; Ed. da USP, 1973.

MARTINS, L. M. B. Conselhos ao Povo: educação contra a Influenza de 1918. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abr. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100008. Acessado em: 30 jun. 2020.

MORAES FILHO, E. (org.). *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

SCHATZMAYR, H. G.; CABRAL, M. C. *A virologia no Estado do Rio de Janeiro: uma visão global*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livro_Virologia_nova_edicao.pdf. Acessado em: 30 jun. 2020

STREET, J. Código de Trabalho. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Ideias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980a. p. 369-398

STREET, J. Indústrias e Lucros. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Ideias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980b. p. 399-404.

STREET, J. A questão operária e os industriais de tecidos. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Ideias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980c. p. 411-416.

STREET, J. O reconhecimento dos sindicatos operários. In: MORAES FILHO, E. (org.). *Ideias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980d. p. 405-410.

Data de submissão: 29/09/2020

Data de aprovação: 08/11/2020